

Demonstrações Contábeis

PCH BV II Geração de Energia S.A.

31 de dezembro de 2021 e 2020
com Relatório do Auditor Independente

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

À Diretoria e Conselho de Administração da
PCH BV II Geração de Energia S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PCH BV II Geração de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da PCH BV II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Debêntures não conversíveis

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, em 30 de abril de 2021, a Companhia realizou captação de recursos mediante a emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, foram emitidas 70.000 (setenta mil) debêntures no valor de R\$1.000 (mil reais) cada, no valor total de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) na data de sua emissão, que foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão S.A.. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dos valores envolvidos e dos potenciais efeitos sobre as cláusulas restritivas de contrato.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Para responder a esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre debêntures emitidas incluíram, entre outros: (a) o entendimento e a avaliação do desenho e confirmação do processo interno relevante determinado pela diretoria para reconhecimento das debêntures emitidas, (b) leitura e análise do Instrumento particular de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e (c) análise do cumprimento dos índices financeiros atrelados as cláusulas restritivas constantes no instrumento particular de emissão de debêntures. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos de auditoria escritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas que suportam nossos testes, não identificamos ajuste de auditoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Debêntures, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das debêntures e suas cláusulas restritivas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

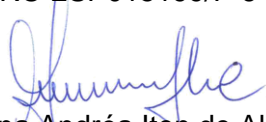
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 30 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6-PR



Ana Andréa Iten de Alcantara
Contador CRC-SC025678/O-3-T-PR

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.841	11.463
Contas a receber de clientes		69	-
Partes relacionadas	6	1.015	973
Impostos a recuperar		12	6
Adiantamento a fornecedores		243	32
Despesas antecipadas		460	142
Total do ativo circulante		47.640	12.616
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	7	399	399
Despesas antecipadas		164	164
Imobilizado	8	107.451	42.073
Total do ativo não circulante		108.014	42.636
Total do ativo		155.654	55.252
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	2.309	1.868
Debêntures	10	8.433	-
Empréstimos com terceiros	11	20.639	-
Obrigações sociais e trabalhistas		77	259
Obrigações tributárias		452	163
Partes relacionadas	6	157	158
Dividendos a pagar	6	1.231	3.713
Total do passivo circulante		33.298	6.161
Não circulante			
Debêntures	10	65.600	-
Total do ativo não circulante		65.600	-
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	17.736	3.722
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.2	-	10.300
Reserva legal	12.3	772	513
Reserva de lucros	12.4	12.692	8.169
Ajuste de avaliação patrimonial	12.5	25.556	26.387
Total do patrimônio líquido		56.756	49.091
Total do passivo		155.654	55.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	13	13.476	11.548
Custo de geração de energia	14	(7.620)	(4.387)
Lucro bruto		5.856	7.161
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.651)	(1.884)
Outras despesas operacionais, líquidas		2	18
Resultado antes das receitas (despesas) financeira		4.207	5.295
Despesas financeiras	15	(180)	(7)
Receitas financeiras	15	2.354	147
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.381	5.435
Imposto de renda	16	(839)	(280)
Contribuição social	16	(360)	(154)
Lucro líquido do exercício		5.182	5.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado do exercício	5.182	5.001
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>5.182</u>	<u>5.001</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.183	-	263	9.483	32.333	-	48.262
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	5.001	5.001
Constituição de reserva legal	-	-	250	-	-	(250)	-
Redução de capital social (cisão) ^(a)	(2.461)	-	-	-	(5.080)	-	(7.541)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.623)	-	(4.557)	(8.180)
Reversão dividendos	-	-	-	1.249	-	-	1.249
Constituição de reserva	-	-	-	194	-	(194)	-
Realização custo atribuído imobilizado	-	-	-	866	(866)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.300	-	-	-	-	10.300
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.722	10.300	513	8.169	26.387	-	49.091
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	5.182	5.182
Constituição de reserva legal	-	-	259	-	-	(259)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.692	-	(3.692)	-
Aumento de capital social	10.300	(10.300)	-	-	-	-	-
Provisão dividendos	-	-	-	-	-	(1.231)	(1.231)
Integralização de dividendos propostos	3.714	-	-	-	-	-	3.714
Realização custo atribuído imobilizado	-	-	-	831	(831)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.736	-	772	12.692	25.556	-	56.756

(a) Referente ao processo de cisão conforme divulgado na nota 1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	5.182	5.001
Depreciação	941	978
<i>Aumento (redução) nos passivos:</i>		
Fornecedores	(1.810)	(195)
Obrigações sociais e trabalhistas	(182)	2
Obrigações tributárias	289	(13)
Partes relacionadas	(1)	(87)
Outras exigibilidades	-	(30)
<i>Redução (aumento) nos ativos:</i>		
Contas a receber de clientes	(69)	702
Partes relacionadas	(42)	(291)
Impostos a recuperar	(6)	(1)
Outros ativos	(528)	(231)
	<u>3.774</u>	<u>5.835</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado	(55.390)	(5.960)
	<u>(55.390)</u>	<u>(5.960)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos	20.639	-
Emissão de debêntures, líquido dos custos de emissão	65.355	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.300
Pagamento de dividendos	-	(4.467)
	<u>85.994</u>	<u>5.833</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>34.378</u></u>	<u><u>5.708</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.463	5.755
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	45.841	11.463
Transações que não afetaram o caixa		
<i>Cisão:</i>		
Baixa de imobilizado e intangível	-	7.540
Redução de capital	-	(2.461)
Baixa da reserva de reavaliação	-	(5.080)
<i>Adições de imobilizado ainda não pagas:</i>		
Aquisição de imobilizado	(10.929)	(1.868)
Fornecedores de imobilizado	2.251	1.868
Juros capitalizados	8.678	
<i>Integralização de capital via reversão de dividendos propostos e AFAC:</i>		
Aumento de capital	14.014	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(10.300)	-
Dividendos a pagar	(3.714)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A PCH BV II Geração de Energia S.A. foi constituída em 23 de fevereiro de 2015, com a razão social de Iener Energia Ltda. A Companhia foi constituída com o objetivo de prestar serviços de operação e manutenção de usinas de energia elétrica e consultoria em assuntos envolvendo o mercado de energia elétrica e em questões regulatórias. A Companhia é uma controlada direta da Ibema Participações S.A.

Em janeiro de 2017 foi firmado contrato de cessão onerosa de ativos mediante dação em pagamento envolvendo as usinas de propriedade da Ibema Companhia Brasileira de Papel denominadas PCH Boa Vista II e CGH Cachoeira. A partir de então, a Companhia passou a incorporar em suas atividades a geração de energia elétrica.

Seu objeto social é:

- A prestação de serviços de engenharia e consultoria elétrica;
- A consultoria em produtividade, comercialização e operação de pequenas centrais hidrelétricas;
- A operação e manutenção de pequenas centrais hidrelétricas;
- A geração, produção e comercialização de energia elétrica;
- A participação em outras Companhias como sócia quotista ou acionista.

Em abril de 2017, os sócios deliberaram pela alteração da razão social que passou a ser PCH BV II Geração de Energia Ltda.

A Companhia tem filial na cidade de Turvo - PR, onde estão localizadas as usinas PCH Boa Vista II e CGH Cachoeira.

A usina PCH Boa Vista II possui autorização para funcionamento concedida através da Portaria nº 435, de 03 de dezembro de 1996 e tem capacidade de geração de 8 MWm, com energia assegurada de 6,66 MWm.

A CGH Cachoeira possui autorização para funcionamento concedida através do Decreto nº 86.499, de 27 de outubro de 1981 e capacidade de geração de 2,92 MWm.

Em 13 de agosto de 2018, por meio da Resolução Autorizativa 7.242, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a ampliação da potência instalada da usina Boa Vista II de 8 para 24 MWm, com energia assegurada prevista de 13,56 MWm. Em ato contínuo, foi solicitada a prorrogação do prazo de autorização previsto na Portaria nº 435, de 03 de dezembro de 1996 que foi atendido e o prazo estendido para 21 de setembro de 2044.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia participou do leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para fornecimento de energia elétrica nova. O fornecimento de energia nova é resultado da ampliação da Usina Boa Vista II aprovada pelo poder concedente pela Resolução Autorizativa anteriormente mencionada.

A Companhia foi uma das vencedoras do leilão e assumiu compromisso de fornecer 6 MWh mensais a partir de 01 de janeiro de 2024, durante 30 anos.

Através da Portaria 117 de 15 de maio de 2019, a Companhia obteve a aprovação ao seu pedido de enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento e Infraestrutura - REIDI, do projeto de ampliação para geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica Boa Vista II. O regime especial em questão tem como objetivo conceder a suspensão do PIS e da COFINS incidente sobre as aquisições de máquinas, equipamentos e serviços, conforme projeto de ampliação apresentado ao poder concedente. A referida portaria foi ratificada pelo Ato Declaratório Executivo nº 45, de 15 de agosto de 2019.

Em 16 de julho de 2019 foi deliberado pela administração da Companhia a transformação do tipo societário, de Companhia limitada para Companhia anônima de capital fechado.

Em 01 de abril de 2020 a Companhia iniciou o processo de reestruturação societária através de cisão parcial de ativos seguida de incorporação pela parte relacionada Januário de Napoli Geração de Energia Ltda. referente as atividades operacionais do empreendimento CGH Cachoeira e projeto Paredinha. A reestruturação societária teve como objetivo alavancar a operação do Grupo Ibemapar melhorando a integração das suas áreas de atuação, simplificar a estrutura societária a fim de tornar mais eficiente a identificação de novas sinergias e melhorar a gestão dos ativos.

Os ativos do empreendimento CGH Cachoeira e projeto Paredinha foram cindidos com base no valor contábil de 31 de março de 2020. A transferência foi feita na Agência Nacional de Energia - ANEEL e modulada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O Laudo de Avaliação Contábil foi emitido por empresa independente especializada.

A transação foi viabilizada por valor de livros, uma vez que a Companhia faz parte do mesmo grupo econômico da incorporadora. Os saldos referentes aos empreendimentos cindidos estão apresentados como segue:

	Saldo contábil
Imobilizado	6.152
Intangível	1.388
Capital social integralizado	2.461
Ajuste de avaliação patrimonial	5.080

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 14 de janeiro de 2021 a Companhia celebrou um contrato de empréstimo conversível em participação societária, junto aos Senhores Itamir Viola e Roberto Elias da Silva com o objetivo de alavancar recursos para a obra de ampliação da PCH Boa Vista II, conforme divulgado na nota explicativa 11. O valor não sofre atualização monetária ou implica em remuneração e na data de conversão e representará 14,58% do capital social da Companhia. A conversão em ações ou pagamento do empréstimo pela Companhia deverá acontecer até 20 de dezembro de 2022.

Em 30 de abril de 2021 a Companhia realizou a captação de R\$ 70.000, através de emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, com o objetivo de financiar a obra de ampliação da PCH Boa Vista II, conforme divulgado na nota explicativa 10.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, divulgadas pelo Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (R1).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando, sempre que aplicável, estimativas como base de avaliação. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.2. Base de mensuração--Continuação

Ativo e passivo circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Apuração de resultados

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- (i) Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias e cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- (ii) As provisões para imposto de renda e contribuição social calculadas considerando a opção de tributação pelo Lucro Presumido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4. Autorização para emissão das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.5 Impactos da Covid-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que continua tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde visando minimizar impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, parceiros e à continuidade dos negócios.

Durante o exercício de 2021 e 2020 a Companhia não sofreu impacto financeiro relevante devido a pandemia da Covid-19. O maior impacto ocorrido foi a postergação do início da obra de ampliação da PCH Boa Vista II que estava marcado para meados do mês de março de 2020 e aconteceu somente em novembro de 2020, com conclusão prevista em outubro de 2022.

Para o exercício de 2022 a Administração não espera impactos relevantes nas operações da Companhia.

Durante o exercício de 2021 a Companhia não sofreu impacto financeiro relevante devido a pandemia da Covid-19. O ciclo operacional continua com um montante de ativos de alta liquidez em níveis confortáveis para honrar as obrigações de curto prazo.

3. Principais políticas e práticas contábeis

a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Os serviços prestados até o encerramento das demonstrações contábeis, porém não faturados, são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações contábeis.

As receitas, em geral, são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, as mesmas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado no período em que a Administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas e práticas contábeis--Continuação

a) Reconhecimento da receita--Continuação

A receita de vendas inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

b) Clientes

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

d) Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

<u>Classe</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Vida útil</u>
Terrenos	-	-
Edificações	2% a 4%	25 a 50 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	2% a 3,70%	27 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2,50% a 10%	10 a 40 anos
Móveis e utensílios	10%	10 anos

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas e práticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado--Continuação

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

e) Intangível

O intangível foi avaliado e está reconhecido pelo custo de formação, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

g) Outros ativos e passivos

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia foi calculada pela sistemática do "Lucro Presumido".

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas e práticas contábeis--Continuação

h) Imposto de Renda e Contribuição Social--Continuação

A base de cálculo do imposto de renda é determinada mediante a presunção de lucro à razão de 8% aplicado sobre a receita bruta auferida no período. Sobre o resultado da presunção aplica-se a alíquota de 15% e, adicionalmente a alíquota de 10% sobre o que exceder R\$ 20 mil multiplicado pelo número de meses componentes do respectivo período de apuração. A presunção de lucro da contribuição social é determinada mediante a aplicação do percentual de 12% sobre a receita bruta auferida no período. A alíquota aplicada sobre o resultado da presunção é de 9%. O reconhecimento dessas despesas ocorre pelo regime da competência.

i) Outros Impostos

Conforme já mencionado, a Companhia é tributada pela sistemática do lucro presumido, desta forma, o valor do faturamento mensal é submetido as alíquotas de 0,65% para Pis e 3% para Cofins.

j) Receitas e Despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras mais relevantes da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

k) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

l) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas e práticas contábeis--Continuação

l) Instrumentos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de divulgação das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia são representados por contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

m) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

a) *Estimativas e premissas*

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

b) *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera, bem como provisão para realização de determinados créditos tributários para os quais não tem expectativas de realização.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

c) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas quando necessário. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Banco conta movimento	367	853
Aplicação financeira	45.474	10.610
	<u>45.841</u>	<u>11.463</u>

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, composto por:

- I. Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (taxa média de 99,5% do CDI);
- II. Aplicações em fundos de investimentos – composto basicamente por títulos do governo federal.

6. Partes relacionadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo		
Ibema Cia Brasileira de Papel (i)	1.015	973
	<u>1.015</u>	<u>973</u>
Passivo		
Ibema Participações S.A (ii)	157	158
Dividendos a pagar (iii)	1.231	3.713
	<u>1.388</u>	<u>3.871</u>

- (i) A Companhia firmou em 20 de fevereiro de 2020 um contrato de venda de energia elétrica de longo prazo, no ambiente de contratação livre, com a Ibema Companhia Brasileira de Papel. O contrato prevê o fornecimento de até 6,4 MWm, pelo preço unitário atualizado de R\$ 236,76. A vigência do contrato é de 01/01/2021 a 31/12/2021.
- (ii) A Companhia possui um acordo de compartilhamento de estrutura administrativa firmado com a Controladora Ibema Participações S.A. no qual fica definido que as despesas comuns entre as empresas são pagas pela Controladora e reembolsadas pela Companhia através de Nota de Débito;
- (iii) Refere-se a destinação de dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social;

Remuneração da Administração: A administração é remunerada pelos serviços prestados através do pagamento mensal de pró-labore. O valor pago pela Companhia à administração totalizou R\$ 60 em 2021 (R\$60 em 2020).

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Cauções regulatórias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		
Depósito vinculado - aporte de garantia	274	274
Depósito em garantia	125	125
	<u>399</u>	<u>399</u>

Depósito vinculado – aporte de garantia: Aporte de garantia: a Companhia é titular de projeto de estudo hidrológico para iniciar a construção de potencial hidráulico denominado Paredinha. Para viabilizar o registro da intenção de realização do estudo, a Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica nº 673, de 04 de agosto de 2015 estabelece que sejam efetuados depósitos de aporte de garantia de registro que deverão ter vigência mínima de 24 meses. A referida garantia é devolvida quando substituída pela garantia de fiel cumprimento.

Depósito em garantia: garantia de Fiel Cumprimento das obrigações do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição - CUSD nº 20163755317520, celebrado com a COPEL Distribuição S.A. calculada de acordo com a Cláusula 5.3 do respectivo contrato. Corresponde a 2 vezes o valor mensal da tarifa mais impostos, e optou-se pelo depósito em conta corrente da Copel Distribuição conforme estabelecido no parágrafo 5.3.1. Este valor será corrigido em 50% do CDI e devolvido no encerramento do Contrato.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Intangível	Total do imobilizado
Em 31 dezembro 2019	1.500	1.114	17.655	16.827	6	1.561	4.099	42.762
Adições	-	-	-	82	22	7.724	-	7.828
Transferências	-	-	-	-	-	2.711	(2.711)	-
Baixas por cisão ^(a)	(650)	(442)	(2.716)	(2.896)	(1)	-	(1.388)	(8.093)
Depreciação	-	(32)	(432)	(507)	(6)	-	-	(977)
Baixas da depreciação por cisão ^(a)	-	49	205	299	-	-	-	553
Em 31 dezembro 2020	850	689	14.712	13.805	21	11.996	-	42.073
Adições	-	101	3	4	-	66.211	-	66.319
Depreciação	-	(31)	(417)	(490)	(3)	-	-	(941)
Em 31 dezembro 2021	850	759	14.298	13.319	18	78.207	-	107.451

(a) Referente ao processo de cisão conforme divulgado na nota 1.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que ativos imobilizados poderiam estar contabilizados por valor acima do valor recuperável, e conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Imobilizado

O Imobilizado está formado substancialmente por itens necessários à operação e geração de energia elétrica. Em 2017, a Companhia contratou empresa especializada em avaliação de ativos que, além de revisar os valores de reposição dos ativos, também reavaliou a vida útil remanescente e o valor residual dos bens. A definição da vida útil remanescente foi feita considerando o estado de conservação dos bens e manutenções periódicas realizadas.

A vida útil remanescente estabelecida em laudo está assim representada:

Imobilizado geração hídrica	Vida útil (média) remanescente (em anos)
Máquinas e equipamentos	24
Reservatórios, barragens e adutoras	38
Edificações	28
Móveis e utensílios	14

Ao longo do exercício de 2021 a Administração avaliou a condição dos ativos e concluiu que a vida útil permanece adequada.

Aplicação do Custo Atribuído - Deemed Cost

A Companhia aplicou as prerrogativas trazidas pelo CPC Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que trouxe a possibilidade de atribuir um novo valor aos itens do ativo imobilizado. A Companhia contratou empresa especializada em levantamento de ativos que inventariou todos os itens componentes das Usinas e efetivou a valorização dos itens a valores de reposição. A avaliação levou em consideração itens semelhantes em outras Usinas com as mesmas características técnicas e foi utilizado como base para registro contábil do novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Não houve constituição dos reflexos tributários em função da Companhia apurar o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido com base no Lucro Presumido.

Imobilizado em Andamento

Os valores registrados em imobilizado em andamento referem-se a obra de ampliação da usina de Boa Vista II, são referentes aos gastos com estudos e projetos, obra civil, máquinas, equipamentos, gastos ambientais, custos de financiamento e outros necessários para a entrega da obra. A finalização está prevista para outubro de 2022. Os valores despendidos até então estão sendo contabilizados no imobilizado em andamento e serão unitizados ao final da construção, quando da entrada em operação comercial das respectivas unidades geradoras.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Fornecedores

Os fornecedores a pagar estão substancialmente formados por fornecedores de maquinário, equipamento e prestadores de serviços ligados a obra de ampliação da PCH Boa Vista II, prestação de serviços de operação e manutenção da usina, além de compra de materiais de reposição.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Redram	355	588
Weg	595	249
Hisa	457	191
Enebras	155	319
Engigroup	-	270
VLB	125	74
Delcosul Industria e Comercio de Produto	183	-
BC Comercializadora	86	-
Cia Ambiental	-	71
Ambiotech	49	10
L&D Mineradora	55	1
Maximino Pastorello	51	-
Biolotus	49	-
Fluipress Automacao	-	47
Industria Eletromecanica Balestro	47	-
Votorantim Cimentos Sa (Rio B Do Sul)	33	-
Oficina Encantada Hamanda Conrado Cordei	-	20
Fairfax Brasil Seguros Corporativos	20	-
Outros	49	28
Total	2.309	1.868

10. Debêntures

Em 30 de abril de 2021, a Companhia realizou uma captação de recursos mediante a 1ª (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, em série única, foram emitidas 70.000 (setenta mil) debêntures no valor de R\$1 (mil reais) cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 20 (vinte) anos, vencendo em 15 de dezembro de 2040.

Os recursos recebidos das debêntures serão utilizados para (i) a ampliação da PCH Boa Vista II, por meio de implantação de duas unidades geradoras de 8 MWm, atualmente constituída de duas unidades geradoras de 4 MWm, totalizando 24 MWm de capacidade instalada;(ii) construção de Subestação de Seccionamento 138 kV, denominada SE Faxinal da Boa Vista. As obras para a ampliação da PCH serão realizadas pela Companhia.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Debêntures--Continuação

O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA apurado e divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento (“atualização monetária”), sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme aplicável (“valor nominal unitário atualizado”), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,7294% (seis inteiros e sete mil, duzentos e noventa e quatro décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; (“juros remuneratórios”). Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos, conforme aplicável, ao final de cada período de capitalização, calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por dias úteis

As remunerações das debêntures ocorrem de forma semestral, com primeiro pagamento em 15 de junho de 2022. O principal das debêntures será pago em parcelas semestrais, sendo a primeira em 15 de junho de 2023, após a conclusão da obra.

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

<u>Data</u>	<u>% de resgate</u>	<u>Quantidade</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
2023 até 2026	14,85%	10.395	10.395	-
2027 até 2035	46,25%	32.375	32.375	-
2036 até 2040	38,90%	27.230	27.230	-
	100,00%	70.000	70.000	-
Custos de emissão			(4.645)	-
Provisão de juros acumulada.			8.678	-
			74.033	-
Passivo circulante			8.433	-
Passivo não circulante			65.600	-

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Há uma cláusula restritiva (*covenant*) financeira vinculada às debêntures, conforme demonstrada a seguir:

- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,30.

A Companhia deverá manter, durante toda a vigência do contrato os índices limites, apurados anualmente relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Debêntures--Continuação

Em 07 de março de 2022, foi realizada uma AGD Assembleia Geral de Debenturistas, cujo ordem do dia foi para deliberar sobre um *waiver* para dispensa de apuração do ICSD com data base de 31 de dezembro de 2021, devido a PCH ainda estar em período de obra. A AGD estava composta por 100% dos debenturistas, os quais votaram favoravelmente ao *waiver*,

Existe um contrato de fiança firmado junto ao Itaú Unibanco S.A. como garantia da dívida, os juros referentes a carta fiança são registrados no decorrer da vigência do contrato que vai até outubro de 2023 (um ano após a conclusão físico-financeira da obra), o encargo financeiro é de 1,80% a.a. e é contabilizado como custo da obra no imobilizado em andamento.

A movimentação do saldo da dívida ocorreu conforme abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do período	-	-
Captações	70.000	-
Juros provisionados	8.678	-
(-) Custos de emissão	(4.645)	-
Saldo no final do período	74.033	-

Captações: Os valores constantes referem-se ao valor do principal da dívida tomada, através da emissão da debênture em 30 de abril de 2021.

Juros provisionados: Juros apropriados aos custos da obra na rubrica de imobilizado em andamento, referente à remuneração das debêntures.

Custos de emissão: são referentes aos gastos relacionados com a emissão da debênture, como: honorário de estruturação, gastos com advogados, gastos com cartórios, entre outros. Esses valores estão sendo apropriados de acordo com o prazo total da debênture.

11. Empréstimo com terceiros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Roberto Elias da Silva	5.163	-
Itamir Viola	15.476	-
Total	20.639	-

Em 14 de janeiro de 2021 a companhia celebrou um contrato de empréstimo conversível em participação societária, junto aos Senhores Itamir Viola e Roberto Elias da Silva com o objetivo de alavancar recursos para a obra de ampliação da PCH Boa Vista II. O valor não sofre atualização monetária ou implica em remuneração e na data de conversão e representará 14,58% do capital social da Companhia. A conversão em ações ou pagamento do empréstimo pela Companhia deverá acontecer até 20 de dezembro de 2022.

Os credores possuem a opção de não conversão em ações apenas se não houver a conclusão da obra de ampliação da PCH Boa Vista II por dolo ou culpa da Companhia.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Empréstimo com terceiros--Continuação

A movimentação do saldo de empréstimos ocorreu conforme abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do período	-	-
Captações	<u>20.639</u>	-
Saldo no final do período	<u>20.639</u>	-

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$17.736 (R\$3.722 em 2020) dividido em 17.736.306 ações (3.722.492 ações em 2020) no valor unitário de R\$1,00, distribuídas conforme abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ibema Participações S.A.	<u>17.736.305</u>	3.722.491
Fábio Napoli Martins	<u>1</u>	1
	<u>17.736.306</u>	<u>3.722.492</u>

Em 01 de abril de 2020 a Companhia deliberou pela redução de capital no montante de R\$2.460.831 devido ao processo de cisão dos ativos operacionais do empreendimento CGH Cachoeira e projeto Paredinha, incorporados pela parte relacionada Januário de Napoli Geração de Energia S.A. conforme divulgado na nota 1.

Em 15 de março de 2021 a Companhia deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 14.014 (Quatorze milhões, treze mil e oitocentos e quatorze reais), mediante a emissão de 14.013.814 (quatorze milhões, treze mil, oitocentas e quatorze) novas ações ordinárias e nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. Sendo que a integralização destas ações ocorreu através de conversão de AFAC no valor de R\$ 10.300 e mediante a capitalização de crédito existente em favor da acionista subscritora das ações no valor de R\$ 3.714.

12.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 21 de dezembro de 2020 houve a transferência de R\$ 10.300 da Controladora Ibema Participações S.A para a Companhia mediante adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) a fim de serem aportados na obra de ampliação da usina PCH Boa Vista II. A integralização de capital da totalidade deste AFAC ocorreu em 15 de março de 2021 mediante aprovação em AGE.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

12.3 Reserva legal

Constituída conforme os preceitos da Lei das Sociedades por Ações, está calculada à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, antes de outras destinações, obedecendo os limites perante o capital social.

12.4 Reserva de lucros

As reservas de lucros são formadas pela destinação dos resultados do período após a constituição da Reserva Legal e após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Havendo decisão em assembleia, a Companhia pode vir a distribuir mais do que 25% de dividendos.

Em 31 de maio de 2020 os acionistas deliberaram por reinvestir os dividendos propostos em 2019 no valor de R\$1.249. Durante o exercício de 2020 foram antecipados aos sócios dividendos que somam R\$3.623 referente a reservas de lucros de anos anteriores, em dezembro de 2020, foram declarados mais R\$4.557 referente ao lucro de 2020, sendo que R\$ 3.714 dos dividendos propostos foram reinvestidos no capital social em 15 de março de 2021 mediante deliberação dos acionistas.

12.5. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia aplicou as prerrogativas trazidas pelo ICPC 10, item 22, que trouxe a possibilidade de atribuir um novo valor aos itens do ativo imobilizado quando da adoção inicial. O valor atribuído ao Ativo Imobilizado foi registrado nas contas de imobilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido e será realizado na mesma proporção da depreciação ou pela baixa ou venda dos ativos. Em razão da tributação ser realizada com base no lucro presumido, não foi constituída a provisão para impostos diferidos.

Em 2020, houve a baixa de R\$5.080 decorrentes dos bens do ativo imobilizado que foram objeto da cisão, conforme divulgado na nota 1.

Durante o exercício de 2021 houve a realização de R\$ 831 da reserva de ajuste de avaliação patrimonial em função da depreciação dos bens reavaliados (R\$ 866 em 2020).

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Receita líquida das atividades operacionais

	2021	2020
Receita bruta		
Faturada		
Receita de Energia Elétrica ACL - Ambiente Contratação Livre	12.899	11.277
Receita de Energia Elétrica Excedente	556	1.131
Receita de Energia Elétrica - Liquidação Financeira CCEE	263	3
Não faturada		
Receita de Energia Elétrica ACL - Ambiente Contratação Livre	42	292
Receita de Energia Elétrica Excedente	6	(702)
Liquidação financeira positiva - CCEE	250	-
	14.016	12.001
Deduções da receita bruta		
(-) PIS sobre faturamento	(96)	(81)
(-) COFINS sobre faturamento	(444)	(372)
	(540)	(453)
Receita líquida	13.476	11.548

A Companhia possuía contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL com a Ibema Companhia Brasileira de Papel para venda de 6,4MWh, pelo preço unitário atualizado de R\$227 (reais), vigente até 31 de dezembro de 2021.

A emissão da nota fiscal correspondente a essa venda de energia e o recebimento financeiro dessa venda ocorre até o sétimo dia útil do mês subsequente. Sendo assim, visando obedecer ao regime contábil de competência, a Companhia registra uma provisão para a receita sobre a energia gerada, mas ainda não faturada.

14. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Custo de geração de energia	(7.620)	(4.387)
Despesas gerais e administrativas	(1.651)	(1.884)
	(9.271)	(6.271)
	2021	2020
Pessoal e encargos, inclusive benefícios	(254)	(440)
Serviços de terceiros (PF/PJ)	(993)	(1.567)
Manutenção e demais despesas com veículos	(24)	(4)
Serviços compartilhados	(1.613)	(1.377)
Depreciação	(941)	(977)
Custos de manutenção	(116)	(223)
Compra de energia	(5.313)	(1.625)
Despesas tributárias	(17)	(20)
Outras despesas diversas	-	(38)
	(9.271)	(6.271)

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Custos e despesas por natureza--Continuação

Pessoal e encargos, inclusive benefícios: Custos com a estrutura de equipe técnica para administração das atividades de operação e manutenção das usinas. A remuneração dessa equipe e respectivos reflexos legais são computados no custo de operação e manutenção.

Serviços de terceiros contratados: Estão assim classificados os valores contratados para administração do centro de operação e manutenção e demais contratos necessários à atividade de geração de energia.

Serviços compartilhados: registra os valores de despesas comuns ao Grupo Ibemapar que são pagos pela Controladora e rateados proporcionalmente à geração de receitas. A folha de pagamento é atribuída diretamente à Companhia.

Custo de manutenção: São gastos com peças e sobressalentes utilizados na manutenção da estrutura da Usina.

Depreciação: Estão alocados em custos com depreciação os valores correspondentes ao desgaste físico dos bens componentes da estrutura necessária para geração de energia.

Compra de energia: Estão representados pelos valores despendidos na compra de energia elétrica nos períodos em que a geração não é suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos.

15. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(15)	(5)
Imposto sobre operações financeiras	-	(2)
Despesas assessoria financeira	(3)	-
Despesas com emissão debêntures	(162)	-
	<u>(180)</u>	<u>(7)</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.354	147
	<u>2.354</u>	<u>147</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.174</u>	<u>140</u>

Despesas bancárias: estão substancialmente representadas por juros apurados em pagamentos em atraso e tarifas bancárias.

Despesas com emissão debêntures: Apropriação dos gastos relacionados com a emissão da debênture, como: honorários de estruturação, gastos com advogados, cartórios, entre outros. Esses valores estão sendo apropriados de acordo com o prazo total da debênture.

Receitas financeiras: estão substancialmente representadas por rendimentos de aplicações financeiras.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Receita bruta	13.718	12.412
Base de presunção 8%	1.097	993
Receita financeira	2.354	147
Outras receitas	2	18
Base de cálculo do imposto de renda	3.453	1.158
Alíquota de imposto de renda - 15%	(518)	(183)
Adicional - 10%	(321)	(98)
Imposto de renda	(839)	(280)
Base de presunção 12%	1.646	1.489
Receita financeira	2.354	147
Outras receitas	2	18
Base de cálculo da contribuição social	4.002	1.654
Alíquota da contribuição social - 9%	(360)	(154)
Contribuição social	(360)	(154)
Imposto de renda e contribuição social	(1.199)	(434)

A Companhia é tributada pela sistemática do lucro presumido, de forma que não apresenta diferenças temporárias que originem créditos tributários diferidos a registrar.

17. Gerenciamento de riscos

A Administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a) Risco Operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado.

A Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

b) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis. As vendas de energia estão asseguradas pelo poder concedente.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco Hidrológico

Risco associado a escassez de água destinada à geração de energia. Para mitigar os riscos, as empresas participantes do mercado participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, criado especialmente para compartilhar os riscos hidrológicos das empresas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, das usinas que são despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Dessa forma, as condições hidrológicas desfavoráveis podem ser interpretadas como risco sistêmico e não isolado em determinadas regiões.

18. Seguros

A Companhia possui seguros contratados para fazer frente a possíveis perdas relativas aos itens do ativo imobilizado como maquinários, móveis, utensílios e instalações que constituem o estabelecimento. A vigência do seguro é de 21 de junho de 2021 até 21 de junho de 2022. As coberturas do seguro estão descritas a seguir:

COBERTURA	LIMITE (R\$)	FRANQUIA
Tumultos Alagamentos Quebra de Máquinas Danos Elétricos Terremoto Desmoronamento Queimadas em Zonas Rurais e demais Danos da Natureza	R\$ 83.273	POS de 10% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 100, exceto: Quebra de máquinas, turbinas e geradores - R\$ 200 Transformadores: R\$ 100 Demais bens e equipamentos: R\$ 50 Barragem, Dutos, Canais, Tomada d'Água e Vertedouro R\$ 150
Lucros Cessantes, inclusive Linhas de Transmissões - PI de 12 Meses Incluindo compra de Energia no mercado Spot		60 dias correspondentes aos primeiros prejuízos

Em 2021 a Companhia contratou junto à MPFRE uma apólice de risco engenharia no valor de limite máximo de garantia total de R\$ 173.841 para assegurar a obra de ampliação da PCH Boa Vista II.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Seguros--Continuação

COBERTURA	LIMITE (R\$)	FRANQUIA
Obras c. const./Inst. Montagem	98.841	471
Afretamento aeronaves	15.000	10
Despesas de desentulho	20.000	14
Despesas extraordinárias	20.000	14
Equip. móveis/estacionários	5.000	29
Erro de projeto	98.841	39
Honorários de perito	10.000	10
Manutenção ampla	98.841	12
Obras aceitas e/ou em operação	50.000	24
Propriedades circunvizinhas	5.000	14
Recomposição de documento	2.000	4
Riscos do fabricante	98.841	39
Tumultos	20.000	14

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.